



1 ATA 209
2 Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, por videoconferência e híbrido na sala web
3 da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS, às treze horas e trinta
4 minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, a Convidada Secretária de
5 Estado da Assistência Social, Mulher e Família: Adeliana Dal Pont, as Intérpretes de Libras pela
6 ICOM: Natali Luana Zatti Bonetti e Maria Cavalcante. Com a participação dos conselheiros titulares
7 e suplentes: Marina Silveira de Lima (SAS), Francini Mylena dos Santos (SAS), Jane Marcia dos
8 Santos (SAS), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), Tatiana de Almeida Sada (FESPORTE),
9 Daiana Zanelato dos Anjos (SED), Juliana Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), Suzana Bock
10 Albani (ASC), Michele Mesa Casa (ASC), Marcela de Souza (ASC), Anamari Zimmer (Feapaes),
11 Luciano Teixeira (Adear), Jairton Fabeni Domingos (ADVIR), Elias do Nascimento Junior
12 (ADEVOSC), Angelita Crespo Nunes (AAD), Maria Jovelina Coelho Machado (Assidamf). Ausências
13 justificadas: Letícia de Azambuja Rau (SAS), Sabrina Mores (SAS), Ana Aparecida Tessari (SED),
14 Paulo Sérgio Suldóvski (FCEE), Paulo Roberto Ferronato (FCDX), Luiz Alberto Campos (ACBG),
15 Bruna Cristina Gomes de Araujo Daniel (Comped Blumenau), Jairo da Silva (ACIC), Maria Jovelina
16 Coelho Machado (Assidamf). 1- Abertura / apresentação dos presentes e levantamento do quórum
17 regimental. O Presidente em exercício Jairton Fabeni dá as boas-vindas a todas as Conselheiras e
18 Conselheiros e Intérpretes de Libras e solicita ao Secretário Alexandre a chamada dos Conselheiros
19 e levantamento do quórum, registrando os conselheiros presentes e as ausências justificadas. Após
20 a chamada e verificação de quórum, o Vice-Presidente Jairton Fabeni informa que o Presidente do
21 Conede, Paulo Sérgio Suldóvski justificou a ausência pois está participando de um evento em
22 Jaraguá do Sul, promovido pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Alesc. 2-
23 Leitura e aprovação da pauta. O Secretário Alexandre leu a pauta da reunião na qual foi solicitado
24 que a Secretária Adeliana utilize a fala no início da reunião com o item 6: Lançamento do Programa
25 “SC em Libras” do Governo de Santa Catarina, a pauta foi considerada aprovada. 3- Aprovação das
26 justificativas dos Conselheiros ausentes. Todas foram lidas e aprovadas e constadas em ata. 4-
27 Aprovação da Ata 208. A ata da reunião 208 recebeu alterações pela Conselheira Angelita Crespo
28 Nunes (ADD). A correção se referia à linha 156 da ata, onde o número de estudantes com laudo de
29 deficiência foi ajustado de 98 para 95. A alteração foi aprovada por unanimidade, e o Secretário
30 Alexandre afirmou que a ata corrigida será publicada no site da SAS. 5- Leitura das Pessoas que
31 não poderão estar no Conselho como Conselheiro do Conede no biênio 2026/2028 conforme Lei
32 Estadual nº 15.115/2010. O Secretário Alexandre fez a leitura dos nomes de conselheiros que
33 não poderão participar do próximo biênio 2026-2028, conforme a Lei do CONEDE. A lista inclui
34 membros do governo e da sociedade civil, sendo o objetivo da leitura apenas para constar em ata.
35 Francini Mylena dos Santos (SAS), Jane Marcia dos Santos (SAS), Leticia de Azambuja Rau (SAS),
36 Sabrina Mores (SAS), Jean Abilio Silva (SSP), Claudio Luiz Andrade (SSP), Marcia Mayza Leite
37 Buss (SED), Victor Sanches Miranda (SIE), Sabrina Vieira da Luz (SES), Jane Cristina Sombrio
38 Gesser (SEA), Juliana Gonçalves da Silva Gerente (SEA), Tatiana de Almeida Sada (FESPORTE),
39 Patricia Silveira Neves (FESPORTE), Paulo Sérgio Suldóvski (FCEE), Juliana Paula Buratto dos
40 Santos Pereira (FCEE), Anamari Zimmer (FEAPAEs), Agnes Schweitzer Pereira (APABB) e Jairton
41 Fabeni Domingos (ADVIR). 6- Lançamento do Programa “SC em Libras” do Governo de Santa
42 Catarina. A secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Adeliana, chegou e fez o
43 anúncio de uma plataforma/aplicativo que melhora a acessibilidade aos serviços públicos para
44 pessoas surdas. O serviço estará disponível em hospitais, secretaria, Polícia Militar, Detran e
45 SAMU, acionado por QR Code, intermediando a comunicação entre o profissional e a pessoa surda
46 em cerca de até um minuto e meio para iniciar o serviço. O contrato tem duração de um ano, com
47 possibilidade de renovação, e a internet utilizada pelo cidadão no aplicativo será custeada pelo
48 estado. O programa se chama SC EM LIBRAS e está disponível para as pessoas surdas com
49 deficiência auditiva. Os conselheiros expressaram grande satisfação com o lançamento do
50 programa SC em Libras. A Conselheira Susana Bock Albany (pessoa surda) e a Conselheira
51 Marcela de Souza (via intérprete) parabenizaram a conquista, destacando a importância da
52 plataforma para a comunidade surda, especialmente em serviços de saúde e emergência. A
53 Secretária Adeliana agradeceu o trabalho voluntário do conselho e pediu que os usuários forneçam
54 feedback sobre o funcionamento da ferramenta. O Presidente Jairton Fabeni agradeceu



55 imensamente a participação da Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família,
56 Adelianna Dal Pont e deixou o Conede disponível para quando puder participar das nossas plenárias.
57 **7- Acessibilidade na Maratona Cultural de Florianópolis – Atenção e melhorias.** O conselho retomou
58 a discussão sobre uma denúncia recebida por e-mail referente à falta de acessibilidade na Maratona
59 Cultural de Florianópolis. As preocupações incluíam a dificuldade na obtenção de ingressos para
60 pessoas com deficiência, a ausência de informações acessíveis e o não cumprimento da legislação
61 pertinente, como a Lei Brasileira de Inclusão. Resposta da Secretaria Municipal de Assistência
62 Social de Florianópolis: A Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis reconheceu a
63 relevância das preocupações e a necessidade de aprimoramento no planejamento de eventos
64 culturais. Eles propuseram um diálogo institucional com o Conselho Estadual, o Conselho Municipal,
65 o coletivo Pessoas Certas SC e a Fundação Municipal de Cultura de Florianópolis, para buscar
66 soluções práticas para os próximos eventos. O conselheiro Jairo, que também é presidente do
67 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Florianópolis, registrou em ata as dificuldades
68 de atuação do conselho municipal. Eles mencionaram a falta de participação dos conselheiros nas
69 plenárias e a ausência de comunicação da Prefeitura de Florianópolis sobre eventos, deixando o
70 conselho à margem das situações. O conselheiro se comprometeu a encaminhar um relatório e
71 relato ao Ministério Público caso não consigam quórum na próxima plenária ordinária, a fim de
72 buscar auxílio para o funcionamento do conselho municipal. A conselheira Tatiana Sada levantou
73 a ideia de rever as cadeiras no CONEDE, sugerindo que as cadeiras de Turismo e Cultura sejam
74 incluídas, fazendo uma alternância com a cadeira do paradesporto. O Presidente Jairton Fabeni
75 Domingos considerou a informação relevante, mas observou que aumentar o número de cadeiras
76 exigiria um trâmite longo e complicado, inclusive para aumentar as vagas da sociedade civil. **8-**
77 **Questionamento sobre o Óculos Orcam MyEye.** O Presidente Jairton Fabeni Domingos e a
78 Conselheira Daiana Zanelato dos Anjos endossaram as críticas ao Orcam MyEye, citando relatos
79 de ineficácia na leitura de textos e fórmulas, bateria de curta duração, e desuso pelos deficientes
80 visuais. A proposta é que o CONEDE provoque o Ministério Público de Santa Catarina para
81 investigar as compras governamentais do equipamento, a fim de garantir uma auditoria e evitar que
82 o dinheiro público seja mal aplicado em tecnologias ineficazes. Foi decidido que a ACIC enviará seu
83 manifesto ao Ministério Público e uma cópia ao CONEDE para avaliação e possível subscrição. A
84 Conselheira Jane Cristina Sombrio Gesser e o Presidente Jairton Fabeni Domingos discutiram a
85 vantagem dos novos modelos de óculos de assistência, destacando que empresas como a Meta
86 possuem um alcance e integração com sistemas operacionais e aplicativos muito maiores. O
87 Presidente Jairton Fabeni Domingos explicou que um equipamento anterior não possuía conexão
88 com a internet ou aplicativos, funcionando apenas como leitor, e exigia o carregamento manual de
89 fotos para identificar pessoas. A diferença é considerada "brutal", principalmente em termos de
90 custo, acessibilidade e aplicabilidade/integração com outros sistemas. O Conselheiro Jairo indicou
91 a intenção de incorporar ao manifesto público a discussão sobre o equipamento, a fim de mostrar
92 que existem soluções mais baratas e eficazes do que as que estão sendo amplamente divulgadas.
93 O Conselheiro Jairo expressou preocupação com a propaganda e a possibilidade de haver "coisas
94 escusas" no mercado. O Presidente Jairton Fabeni Domingos agradeceu a manifestação,
95 reconhecendo a relevância da discussão sobre o Orcam MyEye para a comunidade da deficiência
96 visual. **9- Resposta do MPSC sobre vaga PCD no concurso público da Polícia Militar – Vagas**
97 **temporárias.** O Secretário Alexandre leu o resumo da resposta do Ministério Público de Santa
98 Catarina (MPSC) sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD) no concurso
99 público da Polícia Militar (PM) para vagas temporárias. O MPSC considerou que a PM se submete
100 a um regime constitucional próprio, e a reserva de vagas depende da compatibilidade normativa e
101 funcional, dado que o concurso em questão era para militares temporários com atribuições
102 eminentemente operacionais, como patrulhamento ostensivo. O MPSC indeferiu a notícia de fato,
103 determinando que os interessados fossem cientificados da decisão e ressaltando a possibilidade
104 de recurso administrativo em 10 dias. O Presidente Jairton Fabeni Domingos concordou com
105 a manifestação do MPSC, contextualizando que a função operacional de um policial militar,
106 incluindo a dele antes de se tornar inativo devido à deficiência visual, exige condições que
107 podem não ser compatíveis com a deficiência. Foi observado que o concurso era para



108 funções operacionais e temporárias, e o MPSC enviou a resposta à pessoa que fez a
109 denúncia. 10- Resposta do MPSC sobre supostas práticas de discriminação e assédio institucional
110 no curso de Medicina da UFSC – Campus Araranguá. O Secretário Alexandre apresentou a
111 resposta do MPSC sobre supostas práticas de discriminação e assédio institucional no curso de
112 Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no campus de Araranguá. O MPSC
113 considerou que as denúncias descrevem situações que podem configurar violação de direitos e
114 assegurou que a Lei Brasileira de Inclusão garante o direito à igualdade de oportunidades e não
115 discriminação. As condutas, se confirmadas, poderiam caracterizar violação nas esferas
116 administrativa, civil e penal. O MPSC determinou providências para aprofundar a apuração dos
117 fatos, incluindo a cientificação do denunciante e a expedição de ofício ao reitor da UFSC, Professor
118 Irineu Manuel de Souza. O reitor foi solicitado a fornecer informações detalhadas e esclarecimentos
119 sobre os fatos noticiados no prazo de 10 dias úteis, com a advertência de que respostas genéricas
120 ou evasivas seriam consideradas insuficientes. A Conselheira Michele Casa levantou a questão da
121 prioridade de contratação de professores surdos para o ensino da Língua Brasileira de Sinais
122 (Libras), especialmente em espaços acadêmicos. Eles apontaram que, apesar de ser a primeira
123 língua para os surdos, as vagas muitas vezes são preenchidas por pessoas ouvintes, o que pode
124 ser uma questão de sistema ou discriminação. O Presidente Jairton Fabeni Domingos lembrou que
125 essa discussão já havia ocorrido no CONEDE, com um estudo planejado com a Secretaria de
126 Educação, e que este tema pode ser retornado para a pauta do CONEDE. 11- Relato sobre a
127 Audiência Pública da Educação de Surdos em Florianópolis. A Conselheira Daiana Zanelato dos
128 Anjos e a Conselheira Ana Tessari participaram da audiência e a Conselheira Daiana relatou sobre
129 audiência pública que ocorreu na Câmara de Vereadores. Entre as reivindicações, destacou-se a
130 necessidade de um setor específico para a educação bilíngue, separado da educação especial.
131 Outros pontos recorrentes foram a necessidade de discutir o que é a educação de surdos e a
132 adequação dos currículos (L1 Libras, L2 português) em diferentes níveis. As reivindicações
133 incluíram a valorização dos professores surdos, a ocupação de espaços e a necessidade da
134 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ter anúncios também em Libras em seu site.
135 Também foram mencionadas a falta de tradutores surdos e a necessidade de professores bilíngues.
136 O vereador João Padilha, que conduziu a audiência, informou que tomaria nota dos pontos
137 levantados, solicitaria verificações à Secretaria Municipal e avaliaria a criação de um grupo de
138 trabalho. 12- Relato sobre o XI Seminário Estadual sobre Síndrome de Down. A Conselheira
139 Angelita, que participou do seminário junto com a Conselheira Maria Jovelina, relatou que o evento
140 abordou temas como sexualidade, mitos e verdades na Síndrome de Down, e as dificuldades de
141 aprendizagem e transtornos específicos. A palestrante ressaltou que a pergunta do professor deve
142 ser "como eu vou ensinar" e não "se o aluno com síndrome de Down consegue". O seminário
143 também discutiu o suporte visual e as modalidades importantes para a inclusão de pessoas com
144 Síndrome de Down (e com alguma deficiência visual) em instituições de ensino, desde séries iniciais
145 até o ensino superior. O Secretário Alexandre agradeceu a devolutiva dos conselheiros que
146 participaram de eventos, destacando a importância de divulgar a atuação do CONEDE. 13- Questão
147 de assinaturas para aquisição de veículo PCD / 14- Discussão sobre a Instituição da Validade
148 vitalícia de laudos para deficiências permanentes e integração de dados com o DETRAN. A
149 Conselheira Tatiana Sada levantou a burocracia excessiva no processo de obtenção de assinaturas
150 médicas para a compra de veículo com desconto PCD. Eles questionaram a necessidade de um
151 atestado de especialista ser validado por dois clínicos gerais e o responsável do posto de saúde,
152 tirando vagas de consultas de pessoas que realmente precisam de atendimento. A Conselheira
153 Tatiana Sada sugeriu que o Detran retome a responsabilidade pelo processo, como já ocorreu no
154 passado. O Presidente Jairton Fabeni Domingos concordou com a crítica, relatando que a avaliação
155 era mais rápida quando feita pelo Detran e que o processo atual exige múltiplas assinaturas e pode
156 demorar, concordando que a mudança deve ser solicitada. O Conselheiro Jairo apoiou o manifesto,
157 sugerindo que a burocracia é um fator que complica a vida das pessoas com deficiência para que
158 elas desistam do benefício. O Presidente Jairton Fabeni Domingos e o Conselheiro Jairo
159 concordaram que é necessário identificar os órgãos competentes e solicitar a revisão da normativa
160 para tornar o processo mais eficiente. A Conselheira Tatiana Sada comprometeu-se a elaborar um
161 texto mais completo sobre a situação, incluindo a questão de controle legal para evitar fraudes, e a



162 apresentar o documento na próxima plenária. 15- Deliberação das comissões. O Secretário
163 Alexandre informou sobre a adequação do edital para o próximo Fórum da Sociedade Civil, visando
164 a eleição das instituições que representarão o CONEDE no próximo biênio. O edital será
165 disponibilizado no drive para verificação dos conselheiros da comissão, com o objetivo de
166 apresentá-lo para aprovação na próxima plenária e realizar o fórum online em junho. Comissão de
167 Acessibilidade: A Conselheira Anamari, relatou que o questionário de mapeamento estratégico da
168 acessibilidade em Santa Catarina teve um bom retorno, com 114 respostas até o momento. Embora
169 o prazo original fosse o final do mês, a comissão considerará estender o prazo, pois entidades
170 solicitaram tempo adicional para realizar um trabalho junto às famílias e pessoas com deficiência.
171 O questionário abrange quesitos como infraestrutura de espaços públicos, educação, saúde,
172 transportes e mobilidade, cultura, esporte e lazer, comunicação, e políticas públicas. O objetivo é
173 obter um parecer "mais recheado" para que o informe possa ser direcionado ao Ministério Público
174 ou prefeitos, conforme as necessidades. 16- Assuntos Gerais. O Conselheiro Jairo relatou que
175 pessoas cegas estão sendo tratadas na mesma linha de "pessoas incapazes" nas corregedorias
176 que regem os cartórios. A situação impede a autenticação por semelhança, exigindo a presença da
177 pessoa cega para autenticidade. O Conselheiro Jairo informou que a ACIC (Associação Catarinense
178 para Integração do Cego) acionará seu jurídico para tomar providências e que o CONEDE será
179 comunicado para ciência e apoio. O Secretário Alexandre informou que o município de Biguaçu está
180 avançando na criação do seu Conselho Municipal, após o CONEDE ter fornecido instruções e
181 modelos de regimento. Também mencionou que, após um encontro com a prefeitura de Palhoça,
182 onde a Conselheira Tatiana Sada esteve presente, o processo para destravar o conselho municipal
183 na cidade está em andamento. O Secretário Alexandre anunciou um encontro entre os conselhos
184 municipais da região do Extremo Sul, em Araranguá, para o dia 15 do mês seguinte, como forma
185 de motivar e capacitar os conselhos. Eles enfatizaram a importância da atuação do CONEDE junto
186 aos municípios. A Conselheira Juliana Buratto informou sobre a realização da primeira mostra dos
187 trabalhos dos CAESPs (Centros de Atendimento Educacional Especializado) da deficiência visual,
188 que ocorreu na Fundação Catarinense de Educação Especial. O evento visou a coleta de
189 informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelos CAESPs, que subsidiarão a elaboração das
190 diretrizes na área da deficiência visual, seguindo o princípio de "nada sobre nós, sem nós". A
191 Conselheira Juliana Buratto agradeceu a presença e o prestígio no evento realizado na fundação,
192 que teve 113 pessoas inscritas, muitas delas com deficiência visual e seus acompanhantes. Ela
193 mencionou o envio das diretrizes dos CAESPs para a área de transtorno do desenvolvimento
194 intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), que são seguidas por APAEs e AMAs que
195 possuem convênio com a fundação. Essas diretrizes, que detalham a estruturação dos programas
196 e serviços para esse público, são um documento atualizado, sendo o último de 2020, e a palestrante
197 contribuiu para os capítulos 4 e 17, abordando a Classificação Internacional de Funcionalidade e a
198 avaliação biopsicossocial. Foi esclarecido que, embora a diretriz para a área do desenvolvimento
199 intelectual/TEA tenha sido lançada como uma atualização e ampliação da versão de 2020, as
200 diretrizes para deficiência visual (DV) e surdez estão em fase de elaboração e serão lançadas
201 posteriormente. Essas futuras diretrizes contarão com a participação de pessoas com deficiência
202 visual e professores surdos, e a diretriz de DV será a primeira para essa área. Além disso, os
203 trabalhos apresentados no evento resultarão em uma produção técnica, com os anais que serão
204 publicados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Fundação. O Secretário Alexandre solicitou que
205 os participantes assinassem a lista de presença e divulgassem o SC em Libras para incentivar a
206 sua utilização pela comunidade surda. O Conselheiro Jairo parabenizou a organização do evento e
207 levantou a reflexão sobre a necessidade de entender as especificidades de cada deficiência, citando
208 o caso do smartphone como material pedagógico, o qual a Fundação Catarinense de Educação
209 Especial historicamente não reconhecia como tal. A Conselheira Juliana Buratto complementou que
210 essa questão estava sendo tratada por meio do pedagogo Marcelo, que é uma pessoa com
211 deficiência visual e atua como assessor em tecnologias para os Centros de Atendimento
212 Especializados (CAP), e que a diretriz de deficiência visual provavelmente incluirá um capítulo sobre
213 essas tecnologias. O Presidente Jairton Fabeni Domingos parabenizou a fundação e a organização
214 do evento, destacando a organização e o bom acolhimento. Eles prometeram transmitir os
215 agradecimentos à presidente Jeane e aos coordenadores e expressaram o desejo de que a Diretoria



216 de Educação de Jovens e Adultos (DEJAE) também participe na próxima edição. 17- Encerramento:
217 O Presidente em exercício nesta Plenária Jairton Fabeni agradeceu a participação de todos. A
218 plenária do mês de abril foi encerrada e com a lembrança de assinar a lista de presença.
219 Assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo Secretário de Conselho,
220 Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail e publicado no site da
221 Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e
222 Família: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/plenarias-conede/atas-10/2026-11>.
223 Nossa reunião foi gravada e transmitida ao vivo no canal do youtube do Conede SC:
224 <https://www.youtube.com/@conedesc>. Florianópolis, 09 de abril de 2026.

225